

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No anexo 3 do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre os incêndios florestais de Pedrogão, no seu *Quadro 1. Peso das medidas florestais na programação inicial dos PDR 2007-2013; comparação de Portugal com Espanha e a UE -*, informa-se que, entre 2007 e 2013, houve a seguinte programação no que respeita à Despesa Pública total:

Melhoria do valor económico das florestas	132 milhões de euros
Primeira florestação de terras agrícolas	338 milhões de euros
Primeira implantação de sistemas agroflorestais	7 milhões de euros
Primeira florestação de terras não agrícolas	40 milhões de euros
Pagamentos Natura 2000	1 milhão de euros
Pagamentos silvo-ambientais	14 milhões de euros
Restabelecimento do potencial silvícola e introdução de medidas de prevenção	146 milhões de euros
Investimentos não produtivos	73 milhões de euros

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio requerer ao Governo, através do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, o seguinte:

1. Informação sobre distribuição, por Região Agrária e ano, das referidas despesas públicas totais que tenham sido concretizadas na base da programação inicial referida.
2. Informação sobre projetos referentes a "Melhoria do valor económico das florestas" e listagem dos projetos aprovados e concretizados, com indicação do valor e localização.
3. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Primeira florestação de terras agrícolas».
4. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Primeira implantação de sistemas agroflorestais».
5. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Primeira florestação de terras não agrícolas».
6. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Pagamentos Natura 2000».
7. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Pagamentos silvo-ambientais».
8. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Restabelecimento do potencial silvícola e

introdução de medidas de prevenção».

9. Informação sobre projetos referentes à rubrica «Investimentos não produtivos».
10. Informação sobre redução ou aumento da dotação final, por rubrica, após a reprogramação efetuada.
11. Informação sobre destino e aplicação dos possíveis saldos das dotações finais não concretizadas no período 2007/2013.

Palácio de São Bento, 6 de novembro de 2017

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)